



Câmara Municipal da Lapa *Estado do Paraná*

ATA NÚMERO DOIS MIL E OITENTA E CINCO.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se em sua Sala de Sessões a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Antonio Ruiz Paloma, secretariada pelo vereador Luiz Eduardo Kuss Marins, presentes os vereadores: João Deda, Manoel S. Xavier, Bento de Farias, Acir A. Pinto, José Luiz de Castro, Daniel Coreluk, Osmar Teider, Cesar A. Leoni, Lissandro de Andrade, Pedro M. de Siqueira, Celso S. Xavier, João Afonso e Pedro F. Bianchini Jr.

A hora regimental o senhor presidente declarou aberta a sessão tendo início com a leitura da ata anterior que foi aprovada com ressalva do vereador José Luiz de Castro.

Do Exepdiente do Dia, lido pelo senhor secretário, constou o seguinte: Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro solicitando que fosse inserido em ata voto de profundo pesar pelos falecimentos de João Cordeiro Ribas e Juliana de Souza Martins. Requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal pedindo agilização na conclusão das casas do Mato Queimado e do mini-posto do Rio da Várzea. Requerimento de autoria de vereador José Luiz de Castro, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal, pedindo que seja tranferida a escola dos Potreiros (Capão Bonito) para a localidade do Espigão Branco. Requerimentos do vereador Pedro F. Bianchini Jr, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelos falecimentos de João Cordeiro Ribas e Juliana de Souza Martins. Requerimento de autoria do vereador Pedro F. Bianchini Jr, solicitando que fosse enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal para que interceda junto ao responsável, para a colocação de uma lombada na Rua XV de Novembro, nas proximidades do Bar do Zé. Ofícios da Prefeitura Municipal em resposta aos ofícios 343/88, proposto pelo vereador João Deda e 354/88, proposto pelo vereador José Luiz de Castro. Ofício da Prefeitura Municipal encaminhando para esta Casa cópia do Balancete de Despesa e Receita referentes aos meses de setembro e outubro/88 e Balancete Financeiro de janeiro a setembro/88.

Livre a palavra para discussão sobre o expediente fez uso dela o vereador Luiz Eduardo, disse que apenas inscreveu-se para pedir vênha aos vereadores José Luiz e Pedro Bianchini nos votos de profundo pesar pelos falecimentos de João Cordeiro Ribas e Juliana de Souza Martins.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro,, disse que o 1º requerimento que apresentou foi um pedido que fez ao Prefeito Municipal para que seja transferida uma escola hoje desativada no Potreiro (Capão Bonito) para a localidade de Espigão Branco, isto porque nesta comunidade existe mais de 30 crianças que estão tendo problemas de deslocamento para iniciarem seus estudos. Outro requerimento que foi dirigido ao Sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja agilizado a conclusão das 15 casas do Mato Queimado e também o mini-posto do Rio da Várzea. Estas obras estavam previstas o término para o 1º semestre e devido as chuvas que ocorreram naquele período houve um pequeno atraso. Passou-se quase cinco meses e as obras encontram-se em ritmo



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 02

bastante lento, se não houver uma agilização, provavelmente a atual administração não conseguirá entregá-los.

Solicitando um aparte o vereador Luiz Eduardo disse que só pedindo uma informação, estas casas que estão sendo construídas no Mato Queimado é em regime de mutirão, sendo que o vereador José Luiz está pedindo para que o Prefeito termine as casas.

Continuando o vereador José Luiz disse que estava pedindo para que o Prefeito agilize o mutirão da maneira que ele achar melhor, que cada caso requeira. Também apresentou dois requerimentos para que fosse inserido em ata votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr João Cordeiro Ribas, pessoa muito estimada na comunidade do Mato Preto, pessoa que quando viva muito contribuiu, cedendo a área de terra onde hoje está construída a escola Jucelino K. de Oliveira, vendendo o terreno por um valor simbólico, também pela participação dele dentro da comunidade onde recentemente a quadra de esportes daquela escola Jucelino K. de Oliveira recebeu o nome deste ilustre lapeano.

Solicitando um aparte o vereador Cesar Leoni, pediu vênias nos votos de pesar pelo falecimento do Sr. João Cordeiro Ribas, isso porque foi uma pessoa honrada, dando sua contribuição na comunidade do Mato Preto, assim como também para a Lapa, onde participou por muitos anos nas festas do Lar Educandário São Vicente de Paulo, sendo bem lembrado este voto de pesar, e da menina Juliana de Souza Martins, filha de Pedro Cordeiro Martins, pessoa muito querida em nossa cidade.

Com a palavra o vereador João Maria da Cunha Afonso, disse inscrever-se para solicitar vênias aos vereadores Pedro Bianchini e José Luiz no voto de pesar pelos falecimentos de João Cordeiro Ribas e Juliana de Souza Martins. Quanto ao requerimento do vereador José Luiz com respeito as casas do Mato Queimado, contestado pelo vereador Luiz Eduardo, estas casas serão feitas em regime de mutirão, mas quem assumiu a responsabilidade foi a Prefeitura tendo toda razão o vereador de pedir para que alguém tome iniciativa para o término das mesmas.

Com a palavra o vereador Lisandro disse que inscreveu-se para pedir permissão aos vereadores Pedro Bianchini e José Luiz nos requerimentos de voto de pesar. O Sr. João Cordeiro Ribas foi uma pessoa que muito ajudou a todos, trabalhando sempre pelo bem do Município.

Não havendo nenhum mais dos senhores vereadores inscritos para falar sobre o expediente, o sr. presidente declarou os requerimentos deferidos ficando os mesmos na secretaria desta Casa a disposição dos senhores vereadores.

De imediato passou-se para a Ordem do Dia: 1ª discussão, projeto de Lei nº 24/88, que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

Livre a palavra fez uso dela o vereador Manoel S. Xavier, disse que conforme todos notaram o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, verificou uma falha de redação, onde sanada esta falha, esta Comissão teve todo o cuidado falando-se em números, por ser a hora mais exata quanto aos projetos por excesso de arrecadação. Inclusive tinha em mãos a arrecadação até 10 de novembro, assim como o valor das aberturas de créditos.

Solicitando um aparte o vereador Cesar A. Leoni, disse que o vereador Manoel colocou muito bem os valores, mas qual o montante de



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 03

verba suplementar que o Sr. Prefeito havia feito abertura de crédito suplementar por Decreto do Executivo, conforme autoriza a Lei Orçamentária deste ano, por excesso de arrecadação, isto para não ficar restos a pagar em 1.989.

Continuando o vereador Manoel disse que através de decreto a Câmara autorizou abertura de crédito por decreto no valor de 20% sobre o orçamento que daria 40 milhões, não sabendo quanto o Sr. Prefeito já abriu por decreto, mas mesmo que já tenha sido aberto os 40 milhões, mesmo assim no final do exercício ficará com superávit.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz disse que olhando o boletim de julho, já foram abertos alguns créditos através de decretos, créditos estes do excesso de arrecadação. Talvez não se tenha conhecimento da abertura de crédito por decreto nos meses de setembro, outubro e novembro, porque este documento não veio ainda para o conhecimento.

Continuando o vereador Manoel disse que somando as aberturas de créditos por decreto não chega a 10 milhões, e que houve talvez falha da comissão em não pedir os dados ao Executivo das aberturas feitas através de decretos para que pudessem acompanhar.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro, disse que é muito bom dialogar, sem serem meros homologadores dos projetos através do sim ou do não.

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni disse que finalmente entende que o projeto desta natureza deveria estar rubricada folha por folha pelo responsável, por se tratar de verbas. Segundo, está confirmando tudo o que foi falado anteriormente, sempre vindo para cá projetos com falhas. Achando que esta Casa já aprovou requerimento do vereador José Luiz de Castro para que viesse pessoal do Tribunal de Contas fazer uma auditoria no setor contábil e financeiro da Prefeitura Municipal. É obvio e natural que o recurso é necessário porquanto o índice de inflação é alto, mas gostaria que a Mesa suspendesse a sessão por dez minutos para que juntos com a Comissão pudessem dar uma olhada melhor no referido projeto comparando com os balancetes financeiros aqui vindos.

Acatando a idéia o Sr. Presidente suspendeu a sessão por dez minutos.

Reaberta a sessão continuou livre a palavra para discussão do projeto de Lei nº 24/88.

Com a palavra o vereador José Luiz de Castro disse que é de se estranhar que dentro da administração municipal o responsável pelo setor competente venha cometer erro simples e seguidos. Em outros projetos vindos para cá, alguns itens foram incluídos outros excluídos, compensando a nova abertura de crédito. Neste projeto vê-se outra vez em alguns casos os mesmos valores, então põe, tira e coloca. Achando que está havendo falta de conhecimento da matéria dentro da administração local. Seria bom que a liderança do Sr. Prefeito nesta Casa pudesse solicitar ao setor competente, para que não venha mais para cá novos projetos com estas mesmas imperfeições.

Nenhum mais dos senhores vereadores querendo discutir o projeto 24/88, foi o mesmo submetido em votação, sendo aprovado por 11 votos contra 3.

Declarada a sessão encerrada.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 04

Declarando o voto, o vereador Cesar Leoni, disse que votou contra ao projeto para ser coerente com o que já havia falado anteriormente, que só votaria favorável, depois que fosse feita auditoria pelo pessoal do Tribunal de Contas, para que fique tudo esclarecido. Achando que deverá haver um controle maior por parte da Comissão de Orçamento. Votou contra mesmo sabendo da necessidade porque refere-se ao pagamento de pessoal. É preciso que o partido da situação verifique a situação toda, para que amanhã não venham dizer que os outros vereadores sejam responsáveis por qualquer irregularidade que possa surgir.

Declarando seu voto contrário ao projeto o vereador José Luiz de Castro disse que por questão de coerência, quando de outro projeto vindo para cá foi contrário, onde continha nele verba para pessoal e outros, na ocasião foi contra, tendo que ser contra a este também.

Declarou o voto contrário ao projeto o vereador Lisandro disse que para deixar claro que não foi contra os trabalhadores, mas se são vereadores são para fiscalizar, ver os erros e não para dizer a-mém a tudo.

Em seguida passou-se para discussão única do projeto de decreto Legislativo nº 003/88, que fixa os subsídios do Prefeito e Vice - Prefeito Municipal para 1.989.

Livre a palavra o vereador José Luiz de Castro fez uso dela, dizendo que no seu modo de entender este decreto legislativo apresenta algumas considerações que serão feitas para tentar aperfeiçoar. A primeira consideração é que não fixa o término da vigência em seu artigo 1º, só diz que é a partir de 1º de janeiro de 1.989. Em seu modo de ver este valor fixado é um valor muito alto dentro da Prefeitura, Cz\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados) é uma importância significativa nos dias de hoje. Achando que deveria ser pelo o subsídio atual do Prefeito, transformasse em OTN e corrigesse no mesmo valor, por questão de justiça ao atual Prefeito. Achando que deveria ser estudado melhor o Decreto para que fosse proposto outro valor, já que no seu modo de ver novecentos mil é um valor um tanto quanto elevado.

Usando da palavra o presidente da Câmara, vereador Antonio R. Paloma, disse que teve conversa com os presidentes dos partidos, sendo que a presidência entrou em contato com outros municípios vizinhos e os prefeitos estão ganhando muito mais que o Prefeito da Lapa, sendo que estes municípios são bem menores. Analisando isso, achou que a função do Prefeito da Lapa não está sendo valorizado a altura do que representa o cargo de executivo municipal, é que a mesa resolveu entrar com este projeto de decreto legislativo. Quanto a vigência em seu artigo 1º não estipulou para não entrar em choque, ficando uma abertura para a nova Câmara fixar por seis meses ou um ano se for o caso ou se achar que de início já está defasado, corrigindo, fazendo um outro decreto Legislativo. Conversando com os vereadores Bento e Teider acharam que tudo bem, só o vereador Cesar que achou que deveria esperar passar as eleições, mas seu voto foi vencido por 2 a 1.

Com a palavra o vereador Bento de Farias disse que concordava com a preocupação e zelo do vereador José Luiz, quanto a aplicação do dinheiro público, mas por outro lado discordou porque agora parece o



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 05

subsídio ser um alto valor, mas com a inflação existente daqui a três meses representa muito menos. Para ser um Prefeito a contento deverá ser bem pago, porque o Prefeito é Prefeito por 24 horas, se o Município vai bem, tudo bem, se o Município vai mal, ninguém culpa os vereadores, o Prefeito é culpado. Sendo então muito grande a sua responsabilidade. Se achou muito 1.500.000,00 façam os cálculos daqui a seis meses com a inflação que aí está. Crendo que isso é o mínimo para o Prefeito do município da Lapa perceber, sendo difícil e humanamente impossível se dedicar a administração do município por um valor menor, inclusive tomando por base outros municípios bem menores que o nosso e os prefeitos estão percebendo valor bem maior. Toda a pessoa para desempenhar bem o seu papel terá que haver uma boa remuneração.

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni, disse que efetivamente se olhar o valor hoje assusta, mas na realidade os funcionários em geral estão ganhando pouco em virtude do arroxo salarial imposto a todas as alas no Brasil. Se fizer a conta da inflação de novembro e dezembro veremos que dará um valor de 55% a menos. Achou que não é muito sendo um valor razoável.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz disse que se no decreto Legislativo tivesse fixado um prazo, poderia ser levantado este ponto de vista, mas como não fixa prazo a próxima Câmara poderá dar um aumento já no próximo mês de janeiro. Achando que com isso o gasto com funcionários se elevará muito, onde com o dinheiro que poderia ser usado em outro departamento, será gasto para com funcionários. Considerando isso, este valor é muito alto. Também por consideração ao atual Prefeito que diante deste Decreto ele está percebendo migalhas, porque 250.000 para 1.500.000, é um aumento bastante significativo.

Continuando o vereador Cesar disse que com referência ao gasto com pessoal está fixado na nova constituição, parâmetros, não podendo ultrapassar. Diante disso acha estar razoável a proposição pela Mesa.

Com a palavra o vereador Pedro Bianchini, disse que agora este valor assusta, mas votou favorável pelo motivo de que se o Prefeito é valorizado, tendo um vencimento digno, irá também considerar seus funcionários, dando uma remuneração a altura para que seus funcionários exerçam seus cargos de acordo, com dignidade, sem precisar fazer outro trabalho fora. Achando ser injusto alguém votar contra.

Novamente com a palavra o vereador Cesar disse que se fizer uma projeção de acordo com a inflação o salário hoje deveria ser de 1.200.000,00.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz disse que o salário do Prefeito pode ser multiplicado por 6, o do operário nunca poderão fazer a mesma coisa. O operário merece ter um salário digno, merece o respeito como cidadão e como ser humano. Nunca poderão fazer para o operário a mesma projeção que está se fazendo a uma pessoa, como no caso a do Sr. Prefeito. Todos sabem que todos os candidatos a Prefeito tem outros rendimentos, logicamente que estes rendimentos irão continuar percebendo, sendo que o subsídio será uma complementação.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 06

tação a mais. Se pudesse ser o salário do operário multiplicado por 6 concordaria.

Não havendo nenhum mais dos senhores vereadores querendo usar da palavra foi o projeto de decreto legislativo colocado em votação sendo aprovado por 13x1.

De acordo com o regimento interno em seu artigo 81 foi prorrogada a sessão por mais uma hora.

Passou-se para a 2ª discussão do projeto de Lei nº 21/88, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 1.989.

Livre a palavra para discussão fez uso dela o vereador José L de Castro, disse que na sessão anterior não tinha feito uma análise mais profunda no projeto. Analisando então quiz que ficasse registrado em ata algumas considerações, principalmente valores até certo ponto baixo, dedicados ao setor de Educação e Cultura. Em valor poderão observar que o total de verba destinada ao Departamento de Educação e Cultura quase empata com o setor Administrativo e Financeiro. Gostaria de saber qual o valor mínimo estipulado por lei para o Departamento de Educação E Cultura, ficando a sua preocupação, que o valor estipulado para investimentos e Educação e Cultura é muito pouco considerando o alto custo hoje para a construção de escola e visto ainda que o Município apesar desta administração ter construído mais de 70 salas de aula em alvenaria, ainda tem-se conhecimento que várias escolas merecem uma recuperação em caráter de urgência.

Nenhum mais dos senhores vereadores querendo discutir o projeto, foi o mesmo submetido em votação, sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se para Discussão Única do requerimento de autoria do vereador José Luiz de Castro.

Livre a palavra fez uso dela o vereador Cesar A. Leoni, disse que foi contrário a este requerimento não por motivos pessoais, mas não podem acatar este requerimento, por vários motivos: 1º esta Casa não dispõe de verba de recursos próprios, para tal pedido; 2º teriam que ter uma assistência judiciária para dar atendimento à população. Se fosse acatado o requerimento, abria-se uma tremenda precedência à todos os moradores que se encontram sem as condições adequadas. Também iria ser aberto um processo contra quem, contra o Município, o Estado, a firma DaGranja, contra os agricultores, por isso declarou-se contrário a este requerimento.

Com a palavra o vereador Luiz Eduardo, disse que se acatado este requerimento, teriam tantos outros problemas a atender aqui na Câmara, sugeriu ao vereador José Luiz que entrasse com requerimento a outros órgãos que atendem o meio ambiente, para que a população tenha sossego com referência ao borrachudo.

Com a palavra o vereador José Luiz disse que uma dotação suplementar para o pagamento de um advogado para cuidar do interesse dos moradores do Passa Dois não ia trazer grande atrapalho no orçamento da Câmara: Quanto a questão da Comunidade se organizar, lembrou que em 1.983 um grupo daquela comunidade, juntamente com a Acarpa, fizeram uma Comissão e, essa comissão teve como trabalho até a limpeza daquele rio naquela ocasião, com isso diminuindo bastante a quantidade de



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 07

borrachudo conforme laudo da Surehma. Dois anos depois voltou agravar o mesmo problema. Novamente a comunidade se organizou, vindo novamente a fazer a limpeza daquele rio. O que se tem visto que as pessoas de lá são pessoas com grau de cultura pequena, que talvez com um assessoramento só com medida a curto prazo, não tiveram capacidade de se organizar com medida a longo prazo. Ficando só no sensacionalismo e que de concreto até hoje nada foi feito, ficando apenas no papel. Agora surgiu uma nova comissão estão um pouco desanimados já bateram em muitas portas e até hoje não houve nada de concreto. Hoje tem mais de 200 folhas de papel e nada de concreto. Estava empenhado no sentido de ajudar aquele povo não no sentido demográfico, porque as eleições estavam aí não indo repercutir em nada, só por questão de direito. Achando que deveriam ir lá, os vereadores que estavam contra este requerimento, para ver se quando voltassem seriam os primeiros a serem favoráveis. Houve uma reportagem feita pelo canal 4, situações incríveis, se alguém contar é difícil acreditar. As pessoas daquela comunidade estão correndo o risco de epidemia. Quanto a questão de ir aos órgãos competentes, a Surehma já veio e se propõe a assessorar, dar técnicos, menos aplicar o produto e fazer a limpeza do rio, menos aplicar o larvicida, menos dar atendimento a quem for trabalhar. Foram atrás da Sucan, simplesmente responderam que o problema do borrachudo não é problema deles. Até agora de nível de governador para baixo, a comissão foi totalmente infeliz e todo o trabalho foi inútil. Disse que iria mandar pedido ao governador do Estado, se este não der atenção terão que partir para esfera federal.

Com a palavra o vereador Lisandro de Andrade disse que alguém deu início tempos atrás e que os vereadores com esforço de todos poderiam fazer alguma coisa pelo menos para diminuir o problema.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz disse que não criticou ninguém, só que as medidas tomadas foram a curto prazo, tendo que ser tomadas medidas a curto, médio e definitivo, para não deixar a comunidade sofrendo.

Continuando o vereador Lisandro disse que pelo menos comessem de alguma forma para ver se resolvem este problema.

Com a palavra o vereador Luiz Eduardo, disse não ser contrário a sua batalha pela vontade de acabar com o borrachudo, só não vê de maneira correta, esta Câmara Municipal contratar um advogado para defender o pessoal da justiça. Foi favorável que o vereador entre em qualquer órgão, só quanto a contratação do advogado foi contrário.

Com a palavra o vereador Pedro Bianchini, disse ser muito válida a preocupação do vereador José Luiz, porque todos sabem da situação do borrachudo e não é só no Passa Dois, está se estendendo a muitos outros lugares, inclusive aqui na cidade. Sendo um problema não só da comunidade, mas geral. Sendo muito justa a preocupação, tendo que haver alguém que tome a iniciativa e que venha achar uma solução. Disse ser favorável ao requerimento, porque assim terá alguém que levará avante esta batalha.

Solicitando um aparte o vereador José Luiz disse que tem vindo para cá técnicos nesta área, que está fazendo uma tese sobre o problema do borrachudo e que o problema da Lapa estará nesta tese só que esta



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 08

pessoa não pode executar o serviço necessário. Todo o assessoramento a Surehma tem técnico de alto valor técnico.

Continuando o vereador Bianchini disse que o produto que deverá ser colocado na água deveria ser entregue a alguém responsável na comunidade, pelo menos resolverá rapidamente, sendo que a Surehma tem este produto. Tem certeza que depois das eleições, aqueles que disseram não poder ajudar agora, depois das eleições irão ajudar, achando simplesmente ser problema político.

Solicitando outro aparte o vereador José Luiz disse que o produto a ser usado é muito caro, para que se tenha o conhecimento real.

Continuando o vereador Bianchini disse ser favorável por achar que alguém deve tomar iniciativa e essa iniciativa ser levada adiante.

Com a palavra o vereador Osmar Teider, disse também ser interessado na luta com a população da Lapa, mas acredita que o vereador José Luiz não analisou a profundidade de contratar um advogado para defender alguma coisa, ele faz o que quiser. Qualquer doença, surto na região, automaticamente irá processar o município, o Estado, a Nação, muitas vezes as pessoas são prejudicadas e os aproveitadores vão se aproveitar disso. Disse ser contrário a este requerimento, sendo que o mesmo deveria ser feito direto ao Ministério da Saúde. Sendo o assunto do advogado um assunto delicadíssimo.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier, disse que a Câmara tem poderes e a Lei permite que ela contrate um advogado para defender um vereador em plenário que se manifeste em processo em defesa de algum projeto. A Câmara teria que ter dotação orçamentária para contratação de um advogado que seria contra a Surehma que é o órgão competente de meio ambiente. Se manifestou contrário por não ver como contratar um advogado.

Com a palavra o vereador João Afonso votou contrário ao requerimento, por achar que se acatado seria uma válvula de escape para outros assuntos que vierem para a Câmara.

Nenhum mais dos senhores vereadores querendo discutir o requerimento foi o mesmo colocado em votação sendo rejeitado por 10 votos contra 4.

Não havendo mais nada para a Ordem do Dia, passou-se para explicações pessoais.

Livre a palavra fez uso dela o vereador José Luiz de Castro, disse que em sessão passada havia entrado com requerimento à presidência, para que esta designasse uma comissão para fazer uma avaliação no andamento das obras da Prefeitura. Gostaria que o presidente confirmasse esta comissão.

Respondendo o sr. presidente disse que ainda não havia designado a comissão. Em seguida disse haver perseguição com relação a sua pessoa dentro desta Casa.

Com a palavra o vereador Bento de Farias disse que existe um ditado que diz: 'sonhar é um direito de todos', só que os vereadores tem uma grande responsabilidade de elaborar leis, aprovar projetos de Leis, fiscalizar os atos do Executivo, tendo que ser mais realistas. Tanto é verdade que o vereador José Luiz entrou com requerimento solicitando agilização na construção de casas em regime de mutirão, o



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.085

fl. 09

qual sempre teve a certeza que neste regime não dá certo, sem - pre a Prefeitura teve e terá que assumir para que tal projeto seja con- cluído. Então em qualquer projeto de regime de mutirão não dá certo. Então quando acontecer algum outro projeto terá que ser estudado com maior carinho, ver da possibilidade da Prefeitura, para ver se ela po- derá arcar com as despesas, daí concordará, do modo como foi feito sa- bia de antemão que daria no que deu.

Com a palavra o vereador Pedro Bianchini Jr, disse que esta foi a sessão que antecedia as eleições do dia 15, onde a população la- peana iria renovar a Câmara Municipal. Deixou registrado o seu desejo sincero para que todos pudessem voltar aqui em 89 com o apoio do povo, da população que os colocou nesta legislação. Sabendo-se que a Lei diminuiu o número de vereadores de 15 para 9, mas que sejam pelo menos alguns dos que estão aqui, para encontrar em 89. Esta Câmara de acordo com o comentário foi uma das Câmaras que melhor atuou nos últimos anos aqui o trabalho realmente existiu, havendo um ambiente sadio, que foi mais importante. A população irá reconhecer isso, colocando novamente alguns aqui. Também que na próxima legislatura aqueles que aqui estão e se estiverem na próxima, entrem numa missão nova de atuar diretamen- te na comunidade do interior, dando assim uma assistência maior à co- munidade carentes do interior. Desejou a todos sucesso nas eleições.

Com a palavra o vereador Luiz Eduardo disse que, nesta sessão não viu como aprovar o requerimento proposto pelo vereador José Luiz no sentido de ser contratado um advogado, o qual iria processar quem. Sendo válida a preocupação do vereador com referência ao borrachudo no Passa Dois, mas na contratação do advogado não concordou. Também agra- deceu a todos os vereadores que entenderam o projeto nesta Casa em prestar homenagem a uma pessoa que no passado deu a sua contribuição para o Município e também em bem representar a Lapa.

Com a palavra o vereador Lisandro de Andrade, disse que os ve- readores tem compromisso para com o povo lapeano, porque estão aqui por ele. Achando que deverão dar maior apoio ao povo do interior, não só procurá-lo na hora do voto. Por isso foi favorável ao requerimento do vereador José Luiz com referência ao borrachudo no Passa Dois.

Com a palavra o vereador Cesar A. Leoni, disse que na ante - véspera da eleição municipal quiz que ficasse registrado em ata o seu protesto pela maneira com que a municipalidade se empenhou na campa- nha de seu candidato, onde a máquina administrativa como nunca na his- tória da democracia lapeana se fez presente. Disse também da satisfa- ção onde o pessoal da justiça eleitoral procurou normalizar pleito , campanha, fazendo com que o eleitor fosse às urnas efetivamente demons- trando a sua própria vontade. Sabiam que o trabalho de boca de urna , corpo a corpo estava determinantemente proibido pela justiça eleitoral. Finalmente devolveu simbolicamente o convite enviado pela Sr. Prefeito Municipal para a concentração onde viria para a Lapa o Sr. Governador do Estado, por achar ser uma ironia por parte do Sr. Prefeito. Que o Governador aqui não vinha como Governador, mas como politico em apoio ao PMDB.



Ata nº 2.085

fl. 10

Com a palavra o vereador Osmar Teider disse que querendo justificar o voto contrário ao requerimento do vereador José Luiz, por achar que a contratação de um advogado não cabia, visto já se ter exemplo onde atuou o advogado contratado pela Prefeitura onde ela perdeu a causa por motivo de passar despercebido o tempo hábil. As dívidas feitas pelo Prefeito anterior ele teria que pagar, mas quem as pagou foi a atual administração. Então foi contrário por ser um assunto muito delicado a contratação. Inclusive pediu desculpas ao vereador José Luiz em pensar desta forma. Falando da eleição do dia 15, disse que o PTB tem condições de administrar a cidade, o qual tinha a certeza da vitória.

Não havendo mais nenhum dos senhores vereadores inscritos para fazer uso da palavra o Sr. Presidente disse que esta campanha desenrolou-se da melhor maneira possível, sendo que as vezes houve algumas criticas, ataques por parte de adversários políticos mas no todo esteve em bom nível. Em seguida desejou sucesso para todos os candidatos. Fianlmente agradeceu a presença dos visitantes assim como a dos senhores vereadores e convocou-os para a próxima sessão do dia 21 de novembro a hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1ª discussão - Projeto de Lei nº 26/88, que dispõe sobre o imposto de vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo e dá outras providências.
- 1ª discussão - Projeto de Lei nº 07/88, de autoria do vereador Bento de Farias, que concede Título de Cidadania Honorária ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias.
- 1ª discussão - Projeto de Lei nº 27/88, que dispõe sobre o imposto de transmissão intervivos de bens imóveis e dá outras providências.
- 2ª discussão - Projeto de Lei nº 24/88, que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

Para constar, eu, Maria Lúcia Kuss, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por todos assinada.

Bank de Varis

[Illegible signature]
[Illegible signature]
 Pedro Bianchini
 1000 Alamos
 Col no 97
 Pedro Juanes e Ligeiro
 Virandaro ad Chubrad
[Illegible signature]